

Supremo julgará em novembro uso de dados da Receita pelo MP

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, marcou para 21 de novembro a análise do recurso que decidirá se é constitucional o compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, dos dados bancários e fiscais de contribuintes obtidos pela Receita sem autorização judicial.

Nelson Jr. / SCO STF



Toffoli pautou para 21 de novembro a análise do recurso que discute o compartilhamento de dados entre Receita e Ministério Público
Nelson Jr./SCO/STF

O assunto ganhou importância depois que dados do ministro Gilmar Mendes vieram a público de forma ilegal, há pouco mais de um mês. O fato jogou luz sobre a atuação de uma força-tarefa do Fisco que investiga 134 pessoas.

Documentos obtidos pela **ConJur** [mostram](#) que, pelo menos desde agosto de 2018, existe um canal de envio de relatórios entre a chamada "equipe especial de fraudes" e a operação "lava jato". Outro relatório, similar ao do ministro Gilmar, foi encaminhado para o coordenador dos auditores destacados para trabalhar na operação.

Decisão cassada

Em maio, por maioria, a 2ª Turma do STF [cassou](#) decisão monocrática do ministro Luiz Edson Fachin para retomar posição das instâncias inferiores contra o compartilhamento de dados da Receita Federal com o Ministério Público sem autorização judicial. Com a decisão, o caso volta ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em abril, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, também [suspendeu](#) um recurso extraordinário até que o Supremo julgue se a Receita Federal poderá compartilhar dados bancários.

RE 1.055.941

Date Created

18/06/2019